

Crise do Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil:

Elementos de Análise de Conjuntura do Capitalismo Brasileiro

Giovanni Alves

Como citar: ALVES, G. Crise do Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: Elementos de Análise de Conjuntura do Capitalismo Brasileiro. *In* : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.25-48. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p25-48>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL: ELEMENTOS DE ANÁLISE DE CONJUNTURA DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Giovanni Alves

Os limites do neodesenvolvimentismo expõem um paradoxo curioso: *governos pós-neoliberais, comprometidos programaticamente com o crescimento da economia e com a redistribuição de renda, preservaram e reforçaram nos últimos dez anos, os pilares do Estado neoliberal no Brasil.* A persistência do Estado neoliberal no Brasil – sociedade política e sociedade civil - se contrasta com a perspectiva de mudança social alimentada pelo capitalismo neodesenvolvimentista. Nesse sentido, algumas observações metodológicas tornam-se necessárias: primeiro, distinguir heurísticamente, de um lado, *governo* e, de outro lado, *Estado político do capital*. Depois, caracterizar o Estado político em sua etapa desenvolvida, como sendo constituído pelo *Estado restrito* ou sociedade política, incluindo nessa dimensão restrita, sua estrutura burocrático-administrativa; e pelo *Estado ampliado* ou sociedade civil e seu sociometabolismo (GRAMSCI, 1984). Estas ferramentas conceituais são importantes para desvelarmos criticamente os limites (e paradoxos) do neodesenvolvimentismo - primeiro, como novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil; e depois, como frente política inspirada na estratégia política do lulismo.

Nossa hipótese é que nos últimos dez anos de Lula e Dilma tivemos governos pós-neoliberais propriamente ditos que adotaram programas

de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda. É nesse sentido mais incisivo da programática política que os governos Lula e o governo Dilma podem ser considerados *governos pós-neoliberais*, distinguindo-se, por exemplo, dos *governos neoliberais* da década de 1990 (governo Collor de Mello e governos Fernando Henrique Cardoso - FHC). Desprezar a particularidade da nova conformação política neodesenvolvimentista, reduzindo-a, no plano de governo, ao neoliberalismo, é não apreender as nuances da luta de classes e os “tons de cinza” da dominação burguesa no Brasil.

As políticas de transferências de renda e gasto público visando diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado interno, distinguem, por exemplo, o *projeto neodesenvolvimentista* do *projeto neoliberal* propriamente dita adotado na década de 1990 por FHC. Existem também diferenças entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo com respeito as políticas de combate à crise do capitalismo global, um tema importante tendo em vista que, o período do neodesenvolvimentismo é o período de crise do capitalismo global. A frente política do neodesenvolvimentismo no último governo Lula e Dilma recusou-se, por exemplo, a adotar políticas de austeridade, embora mantenham – pragmaticamente - o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário). Finalmente, existem diferenças entre a política do neodesenvolvimentismo e a política no neoliberalismo no *plano geopolítico internacional*. A diplomacia do neodesenvolvimentismo deu apoio aos governos bolivarianos na América do Sul (Venezuela, Equador e Bolívia) e alinhou-se aos BRICS, adotando uma postura independente com respeito à política exterior norte-americana, o que a distingue, por exemplo, do alinhamento automático com os EUA operada pela diplomacia dos governos neoliberais.

Por outro lado, observamos, paradoxalmente, que os governos pós-neoliberais de Lula e Dilma não alteraram essencialmente o metabolismo político do Estado neoliberal instaurado na década de 1990 no Brasil, seja em sua dimensão restrita, como sociedade política e estrutura burocrático-administrativa; seja em sua dimensão ampliada, como sociedade civil e seu sociometabolismo. Enfim, os governos pós-neoliberais, imbuídos do espírito do lulismo e em nome da governabilidade, optaram pragmaticamente por reproduzir o Estado neoliberal herdado da década de

1990; e pior, preservar, em sua essencialidade, o Estado brasileiro de feição oligárquico-burguesa oriundo da ditadura militar.

I NEOLIBERALISMO E A PERSISTÊNCIA DO ESTADO NEOLIBERAL

As categorias “pós-neoliberal” e “neodesenvolvimentismo” que utilizamos para caracterizar o capitalismo brasileiro dos últimos dez anos, estão profundamente amesquinhas em sua forma de ser pela força das trágicas circunstâncias históricas de duas *transições políticas conservadoras* ocorridas no Brasil nos últimos trinta anos.

Primeiro, tivemos a longa transição para a democracia política ocorrida com a crise da ditadura civil-militar (1979-1985). Apesar da promulgação da Constituição-cidadã de 1988, depois de um processo constituinte, preservaram-se as estruturas da sociedade política oligárquico-burguesa no Brasil, com incrustações autocráticas, oriundas da ditadura civil-militar¹. Depois, tivemos a “transição” política para um novo projeto de desenvolvimento capitalista ocorrido em 2002, após a *débâcle* do modelo neoliberal implantado na década de 1990 no Brasil e a eleição do novo governo de Luis Inácio “Lula” da Silva. Assim, apesar do caráter pós-neoliberal da intencionalidade política do novo governo instalado em 2003, preservou-se efetivamente no decorrer da década de 2000, a morfologia política e social do Estado neoliberal no Brasil, herdado da ditadura militar e dos governos neoliberais. Enfim, a força da inércia histórica da ordem burguesa no Brasil, marcadas pelas “transações” conservadoras pelo alto, se impôs irremediavelmente, manifestando-se, nesses momentos, o vigor da particularidade concreta de entificação do capitalismo brasileiro, elo mais forte do imperialismo na América Latina - capitalismo hipertardio dependente de caráter colonial-escravista e extração prussiana.

O fenômeno político do lulismo, com seu “reformismo fraco” sem confronto com o capital (como diria André Singer), significa, de certo modo, a afirmação da incapacidade efetiva da esquerda brasileira de cariz social-democrata (o PT, por exemplo) em refundar o Estado político bra-

¹ O livro *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, publicado pela Boitempo Editorial em 2010, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle expõe com clareza a persistência da exceção brasileira apesar da redemocratização política ocorrida no país.

sileiro tendo em vista principalmente, a débil correlação de forças social e política entre capital e trabalho na sociedade brasileira, corroída e corrompida em seu metabolismo social por trinta anos de ditadura militar (1964-1984) e neoliberalismo (1990-2002) (SINGER, 2012). A herança maldita da ditadura civil-militar e do neoliberalismo amesquinhou as pretensões reformistas do neodesenvolvimentismo. O amesquinçamento do reformismo hipertardiado brasileiro, sob o nome de neodesenvolvimentismo, é expressão da miséria social e política da sociedade brasileira, incapaz de ir além da ordem burguesa senhorial. Nas condições históricas adversas de enfrentamento social com a ordem do capital, os governos neodesenvolvimentistas optaram, pragmaticamente, pela trágica linha do menor esforço, preferindo implementar, em nome da governabilidade, a estratégia política do “reformismo fraco” utilizando as estreitas margens do Estado neoliberal, espólio da nossa herança maldita.

É importante salientar um dos traços “virtuosos” do estilo político do lulismo: combater a miséria sem confronto com o bloco de poder hegemônico do capital – o bloco interno de poder, articulado organicamente, no plano mundial, com o bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal financeirizado. O lulismo é o espírito hegemônico do projeto da socialdemocracia no Brasil que visa hoje compatibilizar, nos marcos da ordem burguesa neoliberal, um projeto de redistribuição de renda e combate a pobreza extrema sem confronto com o capital. Entretanto, as virtudes políticas indiscutíveis do lulismo explicitam, ao mesmo tempo, os limites do neodesenvolvimentismo, isto é, a incapacidade orgânica da frente política do neodesenvolvimentismo, em alavancar, nas condições históricas da vigência do Estado neoliberal no Brasil, investimentos sociais de peso, nas áreas da educação, saúde e transportes públicos, promovendo, deste modo, as reformas sociais capazes de resgatar historicamente a dívida social secular.

2 O COMPLEXO DE COMPLEXOS DO ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL

A preservação (e manutenção) do Estado neoliberal no Brasil se apresenta na notável incapacidade política dos governos pós-neoliberais de romper com o “circulo de ferro” do pagamento de juros e amortização da dívida publica subordinada aos interesses do capital financeiro (por exemplo,

o governo federal enviou ao Congresso Nacional, a previsão orçamentária para 2014, com a impressionante destinação de R\$ 1,002 trilhão de reais para o pagamento de juros e amortizações da dívida, sacrificando todas as demais rubricas orçamentárias, como serviços de saúde, educação, transporte, segurança, assistência, etc). Portanto, o neodesenvolvimentismo encontrou seu limite crucial no *sistema da dívida pública*, que exerce hoje, constrangimento sobre o projeto neodesenvolvimentista e sobre o orçamento público da União. Ao aceitá-la pragmaticamente como está, recusando-se a fazer, por exemplo, a Auditoria-Cidadã da Dívida Pública, em nome do respeito aos contratos, os governos pós-neoliberais optaram, sob a força das trágicas circunstâncias históricas, por não questionar a ordem burguesa instaurada na década neoliberal. Como observou Maria Lúcia Fatorelli (2013), do Movimento pela Auditoria-Cidadã da Dívida Pública, a exigência de crescentes volumes de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida tem impedido a realização dos investimentos necessários para o desenvolvimento social do país, o que tem sido utilizado como justificativa para a contínua e inaceitável entrega de patrimônio estratégico e lucrativo por meio das concessões à iniciativa privada de estradas, aeroportos e exploração da camada do pré-sal. Diz ela: “Para continuar alimentando o sistema da dívida, em âmbito nacional e regional, o governo sacrifica o povo com pesados tributos, ausência de retorno em bens, serviços e investimentos, e ainda rifa o patrimônio público.” (FATORELLI, 2013). Na verdade, a blindagem financeira do orçamento público nos últimos vinte anos de neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, é a garantia de que o Estado neoliberal, herdado de Collor e FHC e preservado nos dez anos de Lula e Dilma, tem mesmo por função, estabilizar o valor dos ativos das classes proprietárias que compõem o bloco de poder neoliberal. Ao comprometer-se na “Carta ao Povo Brasileiro” (de 2002), a respeitar os contratos e não contestar a legitimidade do processo de privatização ocorrido nos governos neoliberais, o governo Lula fez uma escolha política, visando garantir a governabilidade. Entretanto, o preço do seu pragmatismo político - traço visceral do lulismo - foi a preservação da estrutura orgânica do Estado neoliberal no Brasil (sociedade política e sociedade civil).

A manutenção pelo Banco Central, do tripé da gestão macroeconômica neoliberal da economia brasileira (metas de inflação, câmbio

flexível e superávit primário) é outro traço orgânico do Estado neoliberal no Brasil. Podemos salientar ainda, como traços compositivos do sistema intocável de constrangimentos estruturais do Estado neoliberal no Brasil, por exemplo, o *sistema jurídico-político oligárquico*, que preserva um modelo oligárquico do poder judiciário e deforma a representação política no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado); ou o *sistema de controle do gasto público* via Lei de Responsabilidade Fiscal; ou ainda, o *sistema hegemônico dos meios de comunicação de massa*, o oligopólio privado que constitui o quarto poder da República – o poder midiático, capaz de manipular a opinião pública.

É importante salientar que o Estado neoliberal se ergueu sob a base oligárquico-autocrática do Estado político herdado da ditadura civil-militar. Existe uma linha de continuidade do sistema de dominação burguesa oligárquico-autocrática instaurada pela ditadura-militar e o Estado neoliberal no Brasil, preservado pelos governos pós-neoliberais.

Portanto, sob os constrangimentos da mundialização do capital no elo mais forte do imperialismo na América Latina, os governos pós-neoliberais deixaram intactos, deste modo, um complexo de sistemas de poder hegemônico da dominação burguesa no Brasil, instalados pela ditadura civil-militar e preservados pelo neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Eles constituíram o sociometabolismo no Brasil dos últimos cinquenta anos de civilização brasileira.

Entretanto, o Estado político do capital de cariz neoliberal preservado e mantido pelos governos pós-neoliberais no Brasil sustenta-se na *estrutura burocrático-administrativa do Estado brasileiro* com seu *sistema de controle do metabolismo social* herdado da ordem neoliberal. Os governos pós-neoliberais de Lula e Dilma, não apenas preservaram, mas *modernizaram* o corpus burocrático-administrativo de cariz oligárquico do Estado brasileiro, introduzindo, por exemplo, na organização do trabalho da administração pública federal, a gestão toyotista acoplada às novas tecnologias informacionais.

3 NEODESENVOLVIMENTISMO E MODERNIZAÇÃO DO ESTADO OLIGÁRQUICO-BUROCRÁTICO NO BRASIL

É importante salientar que o Leviatã brasileiro (a estrutura burocrático-administrativa do Estado brasileiro) manteve uma estrutura corporativa centralizadora que acumula vícios de práticas patrimonialistas sedimentadas em décadas de Estado oligárquico-burguês no Brasil. Ao ampliarem o quadro do funcionalismo público federal, os governos pós-neoliberais procuraram restaurar a estrutura burocrático-administrativa do Estado brasileiro, sucateado na década neoliberal. Ao mesmo tempo, promoveram a modernização da máquina pública corrompida e ineficiente, introduzindo nela, por exemplo, métodos de gestão toyotista acoplado às novas tecnologias informacionais.

A modernização tecnológico-organizacional da máquina pública reforçou a centralização de processos de controle, aprofundando vícios autoritários inerentes da máquina político-estatal brasileira. Deste modo, os governos neodesenvolvimentistas optaram por “modernizar o atraso”, recusando-se a promover uma democratização efetiva do aparelho político-estatal no Brasil. Pelo contrário, observa-se a sobrevivência da cultura autoritária e das antigas estruturas burocrático-administrativas do Estado brasileiro oriundo da ditadura militar. Como observou Gilberto Bercovici: “A Constituição democrática de 1988 recebeu o Estado estruturado sob a ditadura militar (1964-1985), ou seja, o Estado reformado pelo Decreto-Lei 200/1967 no bojo do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), elaborado por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967).” (BERCOVICI, 2010, p. 148). Portanto, do Estado Novo varguista (1937-1945) à ditadura civil-militar (1964-1985), não se alterou em seu âmago burocrático, a estrutura da máquina estatal no Brasil que serve há séculos à reprodução da ordem burguesa autocrática.

O Estado brasileiro, distante do território nacional-popular (que o diga a construção de Brasília em 1961), é a expressão histórica suprema do poder político centralizado do capital nas condições de um capitalismo dependente hipertardio que se formou, enquanto Estado-nação, reagindo contra - e compondo-se, ao mesmo tempo - com oligarquias regionais patrimonialistas. Deste modo, o Estado brasileiro cultivou uma cultura burocrático-administrativa ambivalente que, se por um lado admite a corrupção

e tráfico de influência entre interesses oligárquicos parciais, por outro, adota procedimentos de racionalização da máquina estatal e modernização da gestão da administração pública, aprofundando a alienação histórica dos trabalhadores públicos e dos cidadãos-usuários dos serviços públicos federais.

Portanto, a modernização tecnológico-organizacional do Estado brasileiro contribuiu efetivamente para reforçar os traços autocráticos do metabolismo político do poder estatal no Brasil. Todas as subversões políticas ocorridas na história brasileira, do Estado Novo de Vargas em 1937 ao Estado autocrático-militar instaurado em 1964, aperfeiçoaram a máquina estatal, em vez de a despedaçarem ou democratizarem efetivamente. Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no ato de posse desse enorme edifício estatal, a presa principal do vencedor, obcecado pelas figurações do inimigo, no limite, a própria nação, que precisa ser protegida contra si mesma (o povo, incontável e ameaçador). Mesmo os governos neoliberais, ao manterem a máquina burocrática, apesar de enfraquecê-la – e vale dizer, apenas no tocante às políticas públicas-, reforçaram a cultura autoritária e o caráter autocrático do imperativo gestório estatal. Na década de 2000, os governos de Lula e Dilma apenas ampliaram e preservaram a máquina burocrático-administrativa do Estado brasileiro, modernizando-a no sentido conservador. Por exemplo, a adoção da gestão toyotista na administração pública, acoplada à introdução de novas tecnologias informacionais, deixou intocável a cultura autoritária da administração pública no Brasil, sendo, portanto, apenas um exemplo da modernização conservadora do edifício estatal.

A Reforma Administrativa da década de 1990, a década neoliberal, visou incorporar a lógica empresarial como prática administrativa do corpo burocrático estatal, preservando-se o modelo oligárquico da organização estatal. Os governos pós-neoliberais dos últimos dez anos operaram no interior desta estrutura burocrático-administrativa estatal constituída com a Reforma Administrativa neoliberal. O caso do Poder Judiciário brasileiro é exemplo primoroso da modernização conservadora da *res publica*. A adoção pelo CNJ (Conselho Nacional da Justiça) de práticas de gestão por metas, por exemplo, transformando tribunais em linhas de produção de sentenças, expressa o primado da gestão empresarial da coisa pública. Ao mesmo tempo, preservou-se a estrutura oligárquica da organização da justiça no Brasil.

A incorporação pela res publica da lógica da gestão empresarial é apenas um exemplo da vigência do “princípio de subsidiariedade” incorporado na Constituição outorgada pelos militares em 1967 e 1968, que entendia o Estado como subsidiário da iniciativa privada. O próprio marechal Castelo Branco afirmou em sua mensagem ao Congresso Nacional em 1965 que desejava com a reforma administrativa, “obter que o setor público possa operar com a eficiência da empresa privada”. A lógica de organização adotada pela modernização da administração pública sob a Reforma Gerencial inspirada em Bresser Pereira na década neoliberal - preservada sob os governos de Lula e Dilma - incorporou o espírito da gestão empresarial que busca maximizar o lucro da empresa estatal, ao invés da persuasão do interesse público. Observa Gilberto Bercovici (no livro *O que resta da ditadura*): “A chamada ‘Reforma do Estado’ da década de 1990 não reformou o Estado [...] não modificaram a administração pública ainda configurada pelo Decreto-Lei 200/1967, apenas deram uma aura de modernidade ao tradicional patrimonialismo que caracteriza o Estado brasileiro.” (BERCOVICI, 2010, p. 149). Paulo Arantes é mais incisivo ainda quando afirma: “Do Banco Central ao Código Tributário, passando pela reforma administrativa de 1967, a constituição de 1988 incorporou todo aparelho estatal estruturado sob a ditadura.” (ARANTES, 2010, p. 115). Portanto, existe uma linha de continuidade candente, com respeito à organização estatal-burocrática, entre Estado neoliberal e ditadura civil-militar. A reforma gerencial do Estado ocorrida nos governos neoliberais da década de 1990, e herdado pelos governos Lula e Dilma, apenas confirmam a normalidade brasileira restaurada.

Deste modo, o Estado neoliberal no Brasil é exemplo-mor da modernização conservadora que caracteriza historicamente o capitalismo brasileiro. Trata-se de uma tecnologia de poder que, como observou Paulo Arantes (2010, p. 115), destina-se a “[...] garantir a segurança jurídica da plataforma de valorização financeira em que nos convertemos no quadro da atual divisão internacional do trabalho da acumulação” – segundo ele, um regime de acumulação sob dominância financeira marcado pela discricionariedade, pelo compadrio e pelo privilégio. Como Estado neoliberal é um Estado político corrompido pelas próprias condições da acumulação capitalista nas condições históricas do capitalismo global, que envolve cada

vez mais o Estado nas estratégias de espoliação (acumulação por espoliação). Nas condições de crise de valorização, a transferência de renda para setores parasitários rentistas por meio do Estado neoliberal tornou-se crucial para o grande capital – nesse caso, o Estado neoliberal apresenta-se como verdadeira “máquina de sugar fundos públicos”.

A cultura estatal-burocrática constitutiva do Brasil moderno impediu que tanto a esquerda quanto a direita pudessem efetivar uma crítica contundente do Estado político do capital – inclusive de seu sistema de representação política (que não discutimos aqui). Ou ainda: do Estado do capital como sistema de controle do metabolismo social – o Estado ampliado –, que iremos tratar no próximo artigo, quando discutiremos as classes sociais no neodesenvolvimentismo. O que explica, de certo modo, a incapacidade – pelo menos no plano da programática social e política – de apreender uma alternativa sociometabólica ao capital como modo estranhado de controle social.

A esquerda estatista tornou-se expressão ideológica da incapacidade hegemônica de ir além do capital como modo de controle estranhado do metabolismo social. O melhor exemplo são os neokeynesianos que cultuam o Estado político para se contraporem às forças do mercado, colocando-o como força moral capaz de reformar ou humanizar o capitalismo. Os neykeynesianos de esquerda não discutem, por exemplo, a “extinção” do Estado político, isto é, sua democratização radical. Pelo contrário, desprezam o metabolismo social estranhado que o Estado político representa *em si e para si*. Por outro lado, a direita oligárquica cínica, critica o Estado político para afirmar o mercado como abstração alienada, ocultando que hoje, o capitalismo acumula a maior parte de sua riqueza abstrata utilizando-se do Estado político. O Estado só é mínimo para o trabalho, mas é máximo para o capital.

A título de síntese, podemos caracterizar o Estado neoliberal brasileiro - em sua dimensão restrita de *sociedade política* (incluindo a estrutura burocrático-administrativa)- como sendo constituído (1) por um Estado oligárquico-corporativo que nas últimas décadas de neoliberalismo e neodesenvolvimentismo se modernizou no sentido da adoção da gestão toyotista acoplada às novas tecnologias informacionais, que apenas promoveram a racionalização de procedimentos e controle, sem alterar a cultura autoritária da administração pública. O Estado neoliberal é um Estado

político constrangido pelo capital financeiro (por exemplo, o sistema da dívida pública), sendo mantido, no plano macroeconômico, pelo tripé neoliberal (cambio flexível, metas de inflação e superávit primário). Ao mesmo tempo, como pilar estrutural da nova ordem capitalista financeirizada, preservou-se o sistema político oligárquico e adotou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, “espada de Damocles” que constrange o orçamento público priorizando o pagamento da dívida pública. Finalmente, o Estado neoliberal é um Estado político historicamente patrimonialista permeável aos interesses privados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias políticas regionais. A permeabilidade do Estado brasileiro aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, fragilizaram o Estado brasileiro como *res publica*. Por exemplo, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, diante das críticas da oposição sobre o descontrole fiscal do governo Dilma, afirmou em entrevista no jornal *Folha de São Paulo* de 05/11/2013: “O problema fiscal não é a despesa, é o baixo crescimento, conjugado com uma política agressiva de desonerações ao setor privado.” Diz ela que em 2012 o impacto da desoneração federal foi de R\$ 49,8 bilhões, ante os R\$ 10,2 bilhões registrados em 2011. Em 2013, a desoneração federal vai atingir os R\$ 80 bilhões! Ao mesmo tempo, manteve-se em dez anos o gasto com pessoal (4,6 em 2003 e 4,3 em 2013) – o que expõe a lógica da *lean production* [produção enxuta] aplicada ao Estado político; e aumentou-se a transferência de renda para programas de combate a pobreza e pobreza extrema, de 7,1% para 9,5% do PIB – o que explica, deste modo, o capital político do lulismo cuja lastro social encontra-se no proletariado pobre, base eleitoral hoje do Partido dos Trabalhadores (PT).

4 NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIEDADE CIVIL NEOLIBERAL

O Estado neoliberal preservou-se (e ampliou-se) na década do neodesenvolvimentismo, na medida em se constituiu e consolidou-se no Brasil, a *sociedade civil neoliberal* e seu sociometabolismo (o sociometabolismo da barbárie).

De 1979 a 1989, com a crise da ditadura civil-militar, a explosão do sindicalismo e a luta pela redemocratização política, a sociedade civil brasileira assistiu um processo de ascensão das lutas de classes que cons-

truiu rudimentos do em-si e para-si da classe. Foi o período histórico de surgimento do PT e da CUT e a construção do sindicalismo de classe, comunidades eclesiais de base e movimentos populares de bairro. O processo social de luta social culminou na candidatura da Frente Brasil Popular em 1989, derrotada pelo candidato conservador Fernando Collor de Mello. *A ofensiva neoliberal da década de 1990 teve não apenas a função histórica de reestruturar o capitalismo brasileiro, mas de desmontar o metabolismo social construída na década passada.* A verdadeira ruptura histórica ocorreu na passagem para a nova temporalidade histórica neoliberal dos anos de chumbo de Collor e FHC. Na década de 1990 o novo metabolismo social impulsionado pela ideologia da globalização e ofensiva ideológica do capitalismo global com a queda do Muro de Berlim e debacle da URSS abalou a ideologia socialista de que outro mundo é possível e impregnou a sociedade civil de valores neoliberais do individualismo e consumismo.

Na década neoliberal ocorreu a degradação dos valores do coletivismo e fragilizou-se o trabalho organizado em sindicato e associações, devido a expansão do desemprego e informalidade do mercado de trabalho. Intensificou-se o processo de dessubjetivação de classe (ALVES, 2013). Na verdade, a década neoliberal forjou com a crise do mundo do trabalho a *sociedade civil neoliberal*. Ocorreu A degradação da sociabilidade devido o desemprego nas regiões metropolitanas e a informalidade no mercado de trabalho criou um caldo de irracionalidade social nas metrópoles brasileiras. Por outro lado, a década neoliberal calcinou corações e mentes, incrustando no espírito da esquerda hegemônica, o pragmatismo político e sindical. Enfim, a década de 1990 representou um processo de *contra-reforma neoliberal* que, ao lado da *revolução passiva*, caracteriza a modernização hipertardiada brasileira desde a década de 1930.

Carlos Nelson Coutinho distinguiu, por exemplo, de acordo com Antonio Gramsci, os conceitos de *contra-reforma* e de *revolução passiva*. Diz ele: “A diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’, mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’, com diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subes-

timado.” (COUTINHO, 2012, p. 118). O neoliberalismo da década de 1990, tal como a ditadura civil-militar (1964-1984), pode ser considerado uma *contra-reforma* na dinâmica da reestruturação do capitalismo brasileiro na medida em que se impôs o momento do velho no sentido da persistência do arcaico na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Por outro lado, o neodesenvolvimentismo da década de 2000 pode ser interpretado como *revolução passiva* na medida em que a restauração – ou modernização conservadora - “acolheu uma certa parte das exigências do que vinham de baixo” (como diria Gramsci).

No começo da década de 2000, a sociedade civil brasileira reestruturada, no plano moral-intelectual, pelo neoliberalismo na década passada, ainda conseguiu reagir, de modo espontâneo, à crise do modelo neoliberal, elegendo em 2002 o candidato da oposição: Luis Inácio “Lula” da Silva. Entretanto, o Brasil de 2002 *não* era o Brasil de 1989. Em 2002, a eleição de Lula não foi expressão das lutas sindicais e movimentos sociais, mas sim, expressão da inercia do jogo eleitoral nas condições da crise radical do modelo neoliberal da década passada. Apesar do debacle do modelo de desenvolvimento neoliberal, a cultura neoliberal, com seus valores conformistas e individualistas impregnavam a sociedade civil neoliberal.

Dez anos depois, percebemos que os governos pós-neoliberais de Lula e Dilma não apenas *não* alteraram a dinâmica sociometabólica do novo capitalismo flexível no Brasil, mas, pelo contrário, contribuíram para seu impulsionamento. Na década do neodesenvolvimentismo, no bojo do choque de capitalismo ocorrido no Brasil, tivemos a expansão dos valores de mercado e disseminação da cultura do individualismo. Por exemplo, a lógica da gestão toyotista impregnou a organização do trabalho não apenas das empresas privadas, mas também da administração pública. O espírito do toyotismo disseminou-se na totalidade social, contribuindo para a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Instaurou-se o que identificamos como sendo o *toyotismo sistêmico* (ALVES, 2001). Enfim, a disseminação dos valores-fetiches neoliberais prosseguiu na década de 2000 no bojo da dinâmica política dos governos pós-neoliberais.

A constituição da “nova precariedade salarial” no Brasil, caracterizada pelas novas tecnologias informacionais e gestão toyotista, ocorreu *pari pasu* com a disseminação do “modo de vida *just-in-time*” nas metrópoles – é

o que caracterizamos como precarização existencial (ALVES, 2013). Na verdade, o primado do consumo exacerbado pela oferta de crédito nas condições do capitalismo manipulatório, intensificou o fetichismo da mercadoria, com impactos candentes na consciência contingente das massas carentes de modernização – no caso do Brasil, a modernização periférica hipertardia nas condições históricas da crise estrutural do capital, explicitou-se como “modernização catastrófica” (KURZ, 1991).

Na década de 2000, o poder da ideologia do capital assumiu proporções intensas na vida cotidiana do Brasil. Diante da incapacidade (e desinteresse) do partido de governo (o PT) em formar opinião pública e auto-constituir-se como polo protagônico na luta ideológica, ampliou-se, principalmente entre a juventude da geração Y, portadora das expectativas, sonhos e valores-fetiches de mercado disseminados pela indústria cultural.

O aprofundamento do estranhamento social, que é um traço histórico da modernização conservadora no Brasil, onde o historicamente novo sempre pagou um tributo ao historicamente velho, contribuiu efetivamente para a continuidade do esvaziamento espiritual das massas urbanas – processo sociometabólico que percorre a história brasileira, pelo menos desde o golpe civil-militar de 1964. Não deixa de ser sintomático que o Brasil tornou-se na década de 2000, um dos maiores exportadores de igrejas evangélicas do mundo, sendo, deste modo, expressão do “americanismo periférico” em fase catastrófica. É importante salientar a proliferação de programas de TV de apelo popular-sensacionalista de conteúdo imbecilizante, muitos deles de caráter fascista, reforçando a miséria espiritual das multidões imersas na condição de proletariedade.

Na medida em que os governos pós-neoliberais renunciaram à luta ideológica e desprezaram a luta pelo controle democrático dos meios de comunicação social, verdadeiros aparelhos privados de hegemonia da oligarquia burguesa interessada na alienação cultural das massas, eles tornaram-se, não apenas reféns dos *mass-media* hegemônicos, mas coniventes com o processo de imbecilização cultural das massas populares. Mas a sociedade civil neoliberal na década de 2000 não deixou de ser um campo de disputa ideológica que ocupou, por exemplo, a Internet e as redes sociais.

A constituição e afirmação da sociedade civil neoliberal expressa a miséria dos intelectuais brasileiros, impregnados, pelo menos desde a década de 1990, pela perspectiva liberal (e/ou pós-modernista) que diluiu, por exemplo, a percepção e entendimento de classe, tornando-se incapazes de elaborar, no plano cognitivo, a crítica do capital. A crise dos intelectuais de esquerda, comprometidos com a utopia socialista, foi um dos elementos do metabolismo social da era neoliberal que prosseguiu sob os anos do neodesenvolvimentismo. O ideal socialista clássico do controle social dos meios de produção foi reduzido, no plano contingente, à utopia salarial do capitalismo organizado capaz de redistribuir riqueza e diminuir a desigualdade social. Na verdade, a miséria da intelectualidade do PT e CUT expressou, de certo modo, a deriva ideológica da esquerda socialista europeia.

O traço incisivo da ofensiva ideológica do capital na década do neoliberalismo, que prosseguiu na década do neodesenvolvimentismo, foi a perda do referencial de classe. Isto tornou-se perceptível, por exemplo, no discurso e prática da principal central sindical do país (CUT), cujo pólo dirigente hegemônico adotou não apenas posturas neocorporativas de concertação social, mas renunciou ideologicamente a perspectiva da classe (e luta de classe), adotando o discurso da cidadania. A ideia de sindicato-cidadão é o exemplo singelo da rendição ideológica da esquerda socialista do PT. A própria concepção de classe social diluiu-se, sob influência da episteme pós-moderna, em seus elementos compositivos de gênero, etnia/raça, juventude, diversidade sexual, etc, que se autonomizaram no plano discursivo-ideológico, contribuindo efetivamente para a fragmentação da perspectiva de classe com implicações na perspectiva da consciência de classe necessária. Enfim, a dessubjetivação de classe é um dos traços candentes da “desertificação neoliberal” que impregnou a sociedade civil.

A ofensiva do capital na década de 1990 sob o neoliberalismo não foi apenas uma ofensiva do capital na produção, com a reestruturação produtiva, ou a ofensiva do capital na política, com o neoliberalismo, mas foi principalmente a ofensiva ideológica que aprofundou a miséria cultural das massas e dos seus intelectuais orgânicos. Portanto, na década do neodesenvolvimentismo não se conseguiu resgatar efetivamente a degradação moral-intelectual das massas ocorrida na década neoliberal. As mudanças positivas no campo da macroeconomia do trabalho, não provocaram mu-

danças significativas no campo do metabolismo social do trabalho – pelo contrário, aprofundou-se a precarização existencial.

Quando salientamos que os governos pós-neoliberais não desmontaram o Estado neoliberal no Brasil, significa que, nos dez anos de neodesenvolvimentismo, persistiu, não apenas a sociedade política herdada da ditadura civil-militar e da década neoliberal, mas também a sociedade civil neoliberal, com suas trincheiras ideológicas que impedem o movimento progressivo da consciência social crítica das massas populares. Esta dominação cultural neoliberal reforça (e reitera) as misérias do sistema politico-eleitoral, elemento compositivo da sociedade politica neoliberal no Brasil. O próprio PT tornou-se meramente partido eleitoral, incapaz de construir nas pessoas, consciência de classe e hegemonia cultural na perspectiva critica da ordem burguesa. Ao tornar-se refém do sistema político, os governos pós-neoliberais acomodaram-se às “regras do jogo” democrático eleitoral, reiterando, deste modo, os limites (e as misérias) do neodesenvolvimentismo no Brasil.

5 O MAL-ESTAR DO NEODESENVOLVIMENTISMO

O neodesenvolvimentismo é considerado por nós como sendo um novo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil apoiado numa frente política composta, por um lado, pela grande burguesia interna constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correia, etc, e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim, etc e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltados para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do proletariado brasileiro (velha classe operária) e setores populares – incluindo o subproletariado pobre, beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda via programas sociais (Bolsa-familia, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc).

A burguesia interna não é burguesia nacional mas sim a grande burguesia brasileira – grandes grupos industriais, que não rompendo com o capital financeiro interacional, manteriam interesses, não apenas no crescimento do mercado interno, mas na política de financiamento da exportação com recursos do BNDES visando inseri-los na concorrência no plano internacional e tráfico de influencia e acesso a recursos do Estado político-oligárquico herdado pelos governos neodesenvolvimentistas.

Diferentemente do velho nacional-desenvolvimento lastreado na burguesia nacional, o neodesenvolvimentismo baseado nos interesses da burguesia interna se resignou à mundialização do capital renunciando, deste modo, ao projeto de desenvolvimento nacional-popular (o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo capitalista na era do globalismo sob a dominância do capital financeiro). Entretanto, setores populares da frente do neodesenvolvimentismo apóiam projeto nacional-popular de desenvolvimento digladiando-se com os interesses da burguesia interna no interior da frente política (por exemplo, os governos neodesenvolvimentistas, ao mesmo tempo que contemplam o agronegócio exportador, incrementam uma política de crédito para o pequeno produtor e assentamentos dos sem-terra; ao mesmo tempo que propicia ganhos aos sindicalismo como o aumento do emprego no setor público e privado, oficialização das centrais sindicais, melhoria salarial do funcionalismo público, recuperação do salário-mínimo, aumento da formalização no mercado de trabalho, o governo neodesenvolvimentista preserva os interesses estratégicos de acumulação e exploração da burguesia interna recusando-se a promover uma recuperação dos direitos trabalhistas e sociais corroídos na década neoliberal. Pelo contrário, mantém-se indiferente à ofensiva patronal que ocorre no Congresso Nacional e STF pela disseminação da nova precariedade salarial no País.

Ao promover ascensão política da grande burguesia interna em aliança com setores populares – e sem romper com o bloco de poder hegemônico pelo capital financeiro internacional – Lula criou o que poderíamos considerar um ornitorrinco político – a frente política do neodesenvolvimentismo - sendo tal arquitetura política o próprio espírito do “lulismo”.

Fazendo um balanço dos últimos dez anos de governos Lula e Dilma, percebemos que ocorreu no país um “choque de capitalismo” que,

impulsionado pela oferta de crédito e renúncias fiscais em prol dos monopólios, contribuiu, deste modo, para a expansão dos negócios, especulação imobiliária e acumulação do capital, e por conseguinte, a preservação (e ampliação) de formas arcaicas e modernas de degradação do trabalho no Brasil (o neodesenvolvimentismo – como não poderia deixar de ser - traz em seu código genético, traços da “modernização conservadora” que caracteriza as entificações capitalistas hipertardias e dependentes).

A expansão capitalista na era do neodesenvolvimentismo ocorreu no interior da macroestrutura do capitalismo neoliberal hegemônico no plano do mercado mundial – o que explicita os limites do neodesenvolvimentismo. Neodesenvolvimentismo não significa pós-neoliberalismo. Na verdade, neodesenvolvimentismo expõem densas contradições orgânicas no interior da sua frente política, expostas acima, quanto na relação do governo neodesenvolvimentista com o Estado neoliberal (sociedade política e sociedade civil) herdado da ditadura civil-militar e “modernizado” pelos governos neoliberais (1990-2002). A preservação do Estado político-oligárquico adequado ao capitalismo neoliberal contribuiu para que se mantivesse (e ampliasse) a corrupção da coisa pública com tráfico de influências e propinas nos negócios operados pelas empresas públicas e grupos industriais da burguesia interna. (vide Operação Lava Jato, etc).

Na medida em que o neodesenvolvimentismo promoveu um “choque de capitalismo” no Brasil, implementou-se o toyotismo sistêmico no plano da produção do capital. É o que temos salientado nos últimos anos: a disseminação do espírito do toyotismo nas práticas de gestão da indústria, serviços e inclusive administração público, a exacerbação do fetichismo da mercadoria e as múltiplas alienações que permeiam a vida cotidiana, a crise de sentido e os carecimentos radicais que inquietam camadas médias (e populares) e a adoção do modo de vida just-in-time contribuíram efetivamente para a inquietação social que caracteriza as metrópoles brasileiras e a agudização da crise do trabalho vivo.

Com o “choque de capitalismo” da era do neodesenvolvimentismo, o capital impulsionou o processo de desmonte da pessoa humana nos seus elementos compositivos (subjetividade, alteridade e individualidade). Na era do neodesenvolvimentismo surgiram novas formas de precarização laboral que se articulam com a nova precariedade salarial caracterizada

pelas práticas de flexibilização de jornada, remuneração e contratação do trabalho. Nos dez anos de neodesenvolvimentismo, apesar dos indicadores positivos da macroeconomia do trabalho expostos acima, cresceram a rotatividade do trabalho e a prática da terceirização laboral, expondo a formação de um novo e precário mundo do trabalho. A precarização do homem-que-trabalha ou a degradação da pessoa humana se manifesta no crescimento exponencial dos adoecimentos laborais.

O neodesenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma tinha como estratégia política, o lulismo, que implementou um “reformismo fraco”, evitando o enfrentamento direto não apenas com o grande capital financeiro internacional que hegemoniza o bloco de poder do capital no Brasil, mas também evitando o enfrentamento com a grande burguesia interna que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo. O mote do lulismo era o lema “Lula, Paz e Amor” e o lema do governo era “Um Brasil para Todos”. Na verdade, a grande argúcia política do lulismo foi construir uma estratégia política que deslocasse politicamente frações do bloco de poder do capital - a burguesia interna - para seu projeto de governo com apoio de frações da classe trabalhadora organizada e o subproletariado pobre. O lulismo e a arquitetura da frente política do neodesenvolvimentismo tornaram-se o espírito da governabilidade do projeto político de governo conduzido por um Executivo do PT num país capitalista onde a correlação de forças a favor da classe trabalhadora após o dilúvio neoliberal era bastante desfavorável no plano político-institucional.

Entretanto é preciso salientar que o neodesenvolvimentismo da década de 2000 – os governos Lula - beneficiou-se da conjuntura favorável da economia mundial baseada, por exemplo, na bolha financeira e valorização das commodities. Na medida em que a economia brasileira crescia, reduzia-se o conflito redistributivo entre as classes que compunham a própria frente do neodesenvolvimentismo e inclusive, os conflitos redistributivos no interior das classes dominantes que compunham o bloco do poder do capital. Ao mesmo tempo o realinhamento eleitoral do PT que incorporou a base política do subproletariado pobre, deu-lhe impulso político, não apenas para Lula reeleger-se, mas depois, eleger a sucessora Dilma Rousseff. Os indicadores positivos da macroeconomia do trabalho na era Lula compuseram os anos dourados do neodesenvolvimentismo em

contraste, por exemplo, com os anos de chumbo do neoliberalismo da década de 1990. A última grande performance do neodesenvolvimentismo foi a política macroeconômica adotada como resposta à crise de 2008, alternativa às políticas de austeridade fiscal e monetária exigidas pela direita neoliberal e adotadas na União Européia.

Entretanto, a conjuntura da economia mundial se inverteu na década de 2010. A bolha financeira estourou em 2008 e o preço das commodities despencam no mercado mundial. Esse é o ponto significativo de inflexão da conjuntura que demarcará os limites do neodesenvolvimentismo nos governos Dilma. A crise financeira de 2008 alterou a dinâmica da conjuntura da economia mundial e prolongou-se, com diferentes modulações, na década seguinte, arrastando-se num *longo depresso* nas economias centrais (tal como a crise de 1929). No núcleo orgânico do sistema mundial do capital, emergiu em 2010, com vigor, a crise da União Européia impulsionada depois pelas medidas de austeridades neoliberais propostas pela Troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Européia), atingindo principalmente, os países do sul da Europa, aumentando o desemprego e a pobreza social, desmontando os rudimentos de *Welfare State* construídos na era dourada do capitalismo central. A juventude altamente escolarizada que trabalha – o precariado – é a parte mais penalizada das políticas neoliberais de austeridade adotadas pelo capital financeiro nos países do sul da Europa. As perspectivas de recuperação da economia européia em 2013 frustraram-se e percebeu-se depois em 2014, sinais de desaceleração - e inclusive recessão - no carro-chefe da economia européia: a Alemanha. Ao mesmo tempo, apesar de ter saído da recessão, a economia norte-americana cresceu a taxas medíocres e a economia japonesa não conseguiu sair da estagnação econômica de longa data. Mas um acontecimento significativo da primeira metade da década de 2010 não é apenas a persistência da crise européia e o crescimento medíocre da economia dos EUA e estagnação no Japão, mas a desaceleração da economia da China com impactos nos ditos países emergentes.

As perspectivas da segunda metade da década de 2010 não são promissoras – pelo contrário, não existem perspectivas de retomada da crise do capitalismo global, colocando dificuldades candentes para o segundo governo Dilma que herdou os limites do neodesenvolvimentismo. Internamente o bloco de poder do capital no Brasil se rearticula na década

de 2010 visando não apenas desgastar e implodir a frente política do neodesenvolvimentismo, mas – no interior da própria frente política do neodesenvolvimentismo – a grande burguesia interna busca isolar e derrotar os setores populares no interior da frente política.

Por um lado, o capital financeiro, fração hegemônica do bloco de poder, que faz oposição sistemática à frente política do neodesenvolvimentista desde 2002, encontrou aliados em setores insatisfeitos da grande burguesia interna, que, num cenário de crise internacional, pressionam o governo Dilma para adotar medidas de redução do “custo Brasil”, isto é, desmonte dos direitos trabalhistas (o movimento parlamentar do PSB e do próprio PMDB indicam sinais de corrosão da frente neodesenvolvimentista).

O mal-estar do neodesenvolvimentismo ocorreu, num primeiro momento, em 2012 e 2013 – quando o governo Dilma confrontou diretamente o capital financeiro reduzindo as taxas de juros e utilizando bancos públicos para política de crédito. Naquele momento, a fração do capital financeiro hegemônica na grande mídia e frações insatisfeitas da grande burguesia interna que não conseguiram apoio do governo para implementar a Reforma Trabalhista visando reduzir direitos dos trabalhadores, sitiavam o governo Dilma que encontra a partir de 2013, ano pré-eleitoral, um cenário de desgaste midiático por conta da queda do crescimento da economia devido a contenção de investimentos privados - parte do empresariado nacional num cenário de crise mundial recusou-se a investir; pressões inflacionárias, com novos conflitos distributivos entre as classes e camadas de classes; e pressões sociais por parte de camadas médias, órfãs do neodesenvolvimentismo.

As jornadas das ruas de 2013, movimento massivo impulsionado, por um lado, pelos limites do neodesenvolvimentismo, e por outro, enquadrado pela mídia neoliberal hegemônica, compõem o cenário primordial de mal-estar do neodesenvolvimentismo. As demandas sociais postas pelos protestos de rua não poderiam ser satisfeitas por um governo neodesenvolvimentista constrangido pelas contradições orgânicas da frente política e constrangido pela contradição crucial entre governo neodesenvolvimentista e Estado neoliberal. A estratégia política do lulismo construída num cenário macroeconômico favorável para redistribuição de renda sem confrontar o

grande capital (década de 2000), torna-se inócuo num cenário de persistente crise econômica mundial e candentes conflitos distributivos entre classes e no interior das classes. Deste modo, as políticas do neodesenvolvimentismo encontram na metade da década de 2010 um cenário adverso tanto internamente quanto externamente – embora as duas situações se inter-relacionem.

Por um lado, o aprofundamento da crise do capitalismo global com a desaceleração da China, acompanhada pela desaceleração da economia alemã. No centro capitalista, pressões deflacionárias se contrastam com pressões inflacionárias no Brasil que obrigam o governo a aumentar os juros para contê-las num cenário de desaceleração da economia. Apesar do baixo crescimento, o governo Dilma mantém o gasto público com programas sociais, incomodando os setores da ortodoxia neoliberal não apenas ligados ao capital financeiro, mas a grande burguesia interna que exige o ajuste fiscal. As dificuldades de fechar as contas do governo em 2014 expõem as dificuldades de manter as políticas do neodesenvolvimentismo que beneficiaram as camadas populares e ameaçam romper a frente política entre grande burguesia interna e camadas populares.

A corrosão da frente política do neodesenvolvimentismo em 2014 se explicita tanto no plano do processo sucessório – as últimas eleições para Presidência da República, quanto na própria governabilidade. No plano social, os limites do neodesenvolvimentismo se explicitam pelo menos desde 2013 com a pressão das ruas por reformas sociais. O governo, refém de suas contradições, constrangido pelo Estado neoliberal - e sendo ele próprio artífice do ornitorrinco político (a frente política do neodesenvolvimentismo), proclama, como palavra de ordem, a Reforma Política visando desatar o nó gordão da governabilidade espúria. Na verdade, para que ocorram as reformas sociais necessárias para a democratização do Brasil torna-se necessária uma nova institucionalidade política capaz de representar efetivamente a vontade popular. Entretanto, o desejo do governo - pelo menos de parte dele, ligado aos setores mais avançados do PT - implica confrontar-se com os pilares da frente neodesenvolvimentista que contém larga representação de frações das classes dominantes do bloco de poder do capital.

As eleições de 2014 significaram no plano da governabilidade maiores dificuldades para o governo neodesenvolvimentista. Por um lado, um Congresso mais conservador resiste a reforma política capaz de repre-

sentar a vontade popular. Por outro lado, num cenário de desaceleração e inclusive recessão econômica, o projeto de desenvolvimento com inclusão social não se sustenta. Crescer a economia tornou-se a única saída para preservar a frente do neodesenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, crescem no interior da própria frente política hegemônica pela grande burguesia interna, pressões para o governo Dilma adotar a agenda neoliberal que coloca como pressuposto da retomada da economia, um profundo ajuste fiscal que penaliza programas sociais e direitos dos trabalhadores.

A pressão pela agenda ortodoxa não é só da burguesia rentista mas de parcelas da burguesia interna que num cenário de aprofundamento da crise mundial, prepara uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores no Congresso Nacional ou no Supremo Tribunal Federal, por exemplo, aprovando projetos de lei da terceirização ampla e irrestrita. A alta corte constitucional no Brasil tornou-se a ferramenta da precarização do trabalho no Brasil vilipendiando a Justiça do Trabalho.

Portanto, no caso do Brasil, a explicitação dos limites do neodesenvolvimentismo leva a um profundo mal-estar social e político, colocando dificuldades candentes para o último governo Dilma, impondo-se, mais do que nunca, a pauta da construção de uma nova frente política hegemônica pela esquerda capaz de mobilizar a sociedade brasileira e isolar as forças conservadoras e reacionárias no plano institucional. No plano da governabilidade, as imensas dificuldades exigem um salto de qualidade de intervenção política do PT, não apenas no Congresso Nacional, mas principalmente na sociedade civil, onde se dará efetivamente o embate pela preservação da democracia e conquistas populares da era do neodesenvolvimentismo e ampliação para além do próprio neodesenvolvimentismo da satisfação das necessidades sociais. A pauta da Reforma Política com constituinte exclusiva é o *sine qua non* para todas as reformas necessárias para democratizar o Estado e a sociedade brasileira. Inclusive, sem Reforma Política capaz de resgatar a representação da vontade popular no Congresso Nacional, a democratização dos meios de comunicação de massa não ocorrerá – como não ocorreu nos últimos dez anos de Lula e Dilma.

Entretanto, num cenário de crise da economia – caso o Brasil não cresça capaz de permitir a inclusão social e a redistribuição de renda sem confrontar os interesses do grande capital, a disputa política e a luta de classes

podem tornar-se uma tarefa política inglória para setores populares num país onde não existem organizações de massa e direção política de esquerda capaz de hegemonizar o processo social. Como ocorreu em junho de 2013, num cenário de inquietação social e campanha midiática voraz, a direita deve pautar o movimento visando derrubar o governo antes mesmo do pleito de 2018.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Bauru: Ed. Praxis, 2009.

_____. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Ed. Práxis, 2013.

ARANTES, Paulo. 1968 – O ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 110-123.

BERCOVICI, Gilberto. O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 140-169.

COUTINHO, Carlos Néelson. A Epoca Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2012.

FATORELLI, Maria Luiza. Dívida consumirá mais de 1 trilhão de reais em 2014. *Portal Fórum*, 10 out. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/divida-consumira-mais-de-1-trilhao-de-reais-em-2014/>>. Acesso em: 8 maio 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MINISTRA defende sistema de bandas para superavit primário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1366848-ministra-defende-sistema-de-bandas-para-superavit-primario.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.